



Certificado



A Escola de Administração Judiciária - ESAJ confere a
Nathália de Almeida Cariello,
CPF nº 055.695.997-38, o presente certificado pela aprovação
no curso PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO EM ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL,
realizado no período de 28 de setembro de 2020 a 10 de dezembro de 2020,
com carga horária de 90 horas.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2020.

Angela Cardoso Pingitore

Diretora da ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA - ESAJ

PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO EM ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL - PAAJ 02 2020

• MÓDULO BÁSICO: TEORIA GERAL

- 1) Introdução ao Direito Empresarial. Teoria da Empresa. Conceito de empresa e empresário.
- 2) Noções básicas das duas formas societárias mais relevantes: sociedade de responsabilidade limitada e sociedade anônima. Conceito de grupo econômico.
- 3) Ativo e passivo da empresa. Leitura e interpretação do balanço patrimonial e da demonstração de resultados.
- 4) Indicadores para análise de uma empresa em recuperação judicial.
- 5) Noções e princípios para a realização de auditoria de uma empresa.
- 6) Noções e princípios de avaliação do patrimônio material de uma empresa.
- 7) Noções e princípios de avaliação do patrimônio imaterial de uma empresa.
- 8) Direito das Empresas em Crise. Conceito de crise financeira, patrimonial e econômica. Conceito de insolvência
- 9) Limites da licitude da conduta do empresário em crise. Crimes tipificados na Lei no 11.101/05.

• MÓDULO I - A ATUAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

- 1) As novas concepções da Lei no 11.101/05 em substituição ao Decreto-lei no 7661/45. O Conceito de recuperação judicial. Princípios da recuperação judicial.
- 2) Os requisitos para o deferimento do processamento recuperacional e seus efeitos. O papel dos sujeitos do procedimento recuperacional.
- 3) Atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário. (3 horas/aula)
- 4) O Administrador Judicial e suas funções e responsabilidades na recuperação judicial. A equipe interdisciplinar e a contratação de profissionais.
- 5) Os critérios para a nomeação do Administrador Judicial. Fixação do valor da remuneração e a forma de pagamento.
- 6) Substituição e destituição do Administrador Judicial efeitos e consequências.
- 7) A assinatura do termo de compromisso e as primeiras providências.
- 8) Elaboração dos relatórios - Inicial e mensal.
- 9) Verificação administrativa dos créditos. Natureza dos créditos e classes. Análise das divergências e habilitações. Elaboração da relação de credores.
- 10) Preparação e condução da assembleia geral de credores. Aprovação e rejeição do plano e suas consequências.
- 11) Fiscalização do cumprimento do plano recuperacional. Relatórios mensais após a aprovação do plano. Parecer final da execução do plano.
- 12) Extinção da recuperação judicial e seus efeitos. A possibilidade da extinção parcial dos efeitos da recuperação judicial.
- 13) Descumprimento do plano recuperacional e suas consequências. A conversão da recuperação judicial em falência.
- 14) Casos concretos I: Possibilidade do litisconsórcio ativo na recuperação judicial. A apresentação de plano de recuperação único ou individualizado por empresas. Recuperação judicial de empresas transnacionais.
- 15) Casos Concreto II: Trava Bancária. Créditos não sujeitos a recuperação judicial. Créditos com garantias fiduciárias. Adiantamento de contrato de câmbio para exportação. Multas administrativas aplicadas pelo Poder Público. A possibilidade do Poder Judiciário rejeitar ou anular o plano aprovado em assembleia com base na abusividade das condições apresentadas pela devedora.

• MÓDULO II - ATUAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL NA FALÊNCIA

- 1) Conceito e estado de falência. O Conceito normativo de insolvência. Princípios gerais da falência. As fases do processo falimentar.
- 2) As hipóteses de decreto de quebra. Efeitos da falência sobre o falido, sobre o patrimônio e suas relações negociais. O juízo universal da falência.
- 3) O Administrador Judicial na falência. A responsabilidade do Administrador Judicial como gestor dos bens e direitos da massa falida.
- 4) A efetivação da decisão de quebra pelo Administrador Judicial.
- 5) Procedimentos a serem realizados para a arrecadação e inventário dos bens e documentos. O lacre do estabelecimento. Lavratura dos autos de arrecadação e inventário.
- 6) A elaboração dos relatórios das atividades mensais. A gestão e manutenção dos ativos e da documentação da massa.
- 7) A busca das causas da falência. A falência frustrada.
- 8) A realização do ativo. Formas. O pedido de restituição de bens.
- 9) Verificação administrativa dos créditos. Divergências. Habilitações. Impugnações. Pedidos de reserva de créditos. A classificação dos créditos.
- 10) O pagamento aos credores. Realização de rateios. Procedimentos e cautelas com a ordem de pagamento.
- 11) Prestação de contas finais. Relatório final e encerramento do processo falimentar.
- 12) A falência fraudulenta. Análise individual dos tipos penais previstos na Lei no 11.101/05. A busca das provas pelo Administrador Judicial. (3 horas/aula)